

M/LEGATE

 **Morison KSI**
Independent member

FAI
UFSCar



***FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO – FAI***

***Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de
2017 e 2016 acompanhado do
Relatório auditor independente.***

Março de 2018
São Carlos, São Paulo


**ORGANIZAÇÃO
MÉCANO CONTÁBIL**

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO - FAI**

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2017 e 2016
Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente**

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente	02
Demonstrações Financeiras	
Balanço patrimonial	06
Demonstrações do resultado	07
Demonstrações do resultado abrangente	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**
São Carlos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI (Fundação)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos sobre as Demonstrações Financeiras

Auditoria dos valores comparativos do ano anterior

Conforme nota explicativa nº 2.2, as demonstrações financeiras de 31.12.2016 estão sendo reapresentadas devido a ajuste retrospectivo no valor de R\$ 116.672, sendo a alteração um acréscimo na conta de Recursos de projetos. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 apresentadas comparativamente foram por nós examinadas e emitimos opinião com ressalva em 31 de janeiro de 2017 sobre a falta de evidências de realização do montante de R\$ 662.513, classificado como Créditos de projetos a receber, no ativo não circulante, assunto resolvido em 2017.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que os órgãos da administração pretendam liquidar as atividades ou cessar suas operações ou, ainda, não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

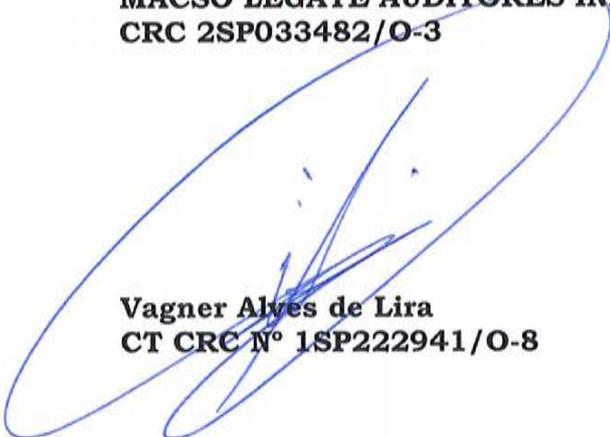
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP033482/O-3



Vagner Alves de Lira
CT CRC N° 1SP222941/O-8

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

ATIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	NOTA	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	102.304.905	105.387.731	Fornecedores		36.681	31.567
Contas a receber		109.645	33.602	Obrigações sociais e trabalhistas	(7)	423.388	424.490
Adiantamentos		18.059	41.507	Provisão de férias e encargos		569.302	609.660
Créditos de projetos a receber	(4)	726.102	694.800	Obrigações tributárias	(8)	18.897	11.434
		103.158.711	106.157.640	Recursos para projetos	(9)	100.054.190	102.018.761
				Provisão para contingência	(10.2)	-	8.236
				Valores a repassar		-	50.669
						101.102.458	103.154.817
Não circulante				Não circulante			
Depósitos Judiciais		11.156	-	Provisão para contingência	(2.q)	111.156	79.664
Créditos de projetos a receber	(4)	1.010.374	662.513			111.156	79.664
Imobilizado	(5)	478.774	515.883				
Intangível	(6)	29.731	51.218	Patrimônio Líquido			
		1.530.035	1.229.614	Patrimônio social	(10.1)	1.011.465	30.883
				Reservas	(10.2)	3.141.308	3.275.855
				(Déficit) Superávit acumulado		(677.641)	846.035
						3.475.132	4.152.773
Total do Ativo		104.688.746	107.387.254			104.688.746	107.387.254

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras







**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentada)
Receita operacional líquida	(11)	8.742.976	8.666.215
Receitas de voluntariado	(17)	556.200	540.000
(-) Custeio administrativo	(12)	(6.939.736)	(6.076.266)
Superávit bruto		2.359.440	3.129.949
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(13)	(2.046.319)	(1.933.490)
Despesas com voluntariado	(17)	(556.200)	(540.000)
Outras receitas e despesas	(14)	(812.289)	782.763
		(3.414.808)	(1.690.727)
(Déficit) Superávit antes do resultado financeiro		(1.055.368)	1.439.222
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	(15)	388.007	523.954
Despesas financeiras		(10.280)	(133.906)
		377.727	390.048
(Déficit) Superávit do exercício		(677.641)	1.829.270

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentada)
Déficit/Superávit do exercício	(677.641)	1.829.270
Resultados abrangentes	-	-
Déficit/Superávit após o resultado abrangente	(677.641)	1.829.270

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em Reais)

	Nota	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS				(DÉFICIT) SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
			Reserva para Investimento	Obrigações Futuras	Outras Reservas			
Em 31 de dezembro de 2015		299	109.041	1.254.422	111.810	1.323.626	2.799.198	
Distribuição para fundos de reservas		-	97.948	1.125.082	100.596	(1.323.626)	-	
Realização por aquisição de ativos	(10.1)	30.584	(30.584)	-	-	-	-	
Realização de reserva	(10.1)	-	(249.925)	-	(175.101)	-	(425.026)	
Realocação de reservas	-	-	170.000	(170.000)	-	-	-	
Superávit do exercício (Reapresentado)	-	-	-	-	-	1.829.270	1.829.270	
Constituição de reserva para investimento	(10.2)	-	199.316	-	-	(199.316)	-	
Constituição de reserva de obrigações futuras	(10.2)	-	-	733.250	-	(733.250)	-	
Distribuição de resultado para UFSCar	(10.2)	-	-	-	-	(50.669)	(50.669)	
Em 31 de dezembro de 2016		30.883	295.796	2.942.754	37.305	846.035	4.152.773	
Transferência ao patrimônio social		846.035	-	-	-	(846.035)	-	
Realização de reservas	(10.2)	134.547	(38.907)	(58.335)	(37.305)	-	-	
Déficit do exercício		-	-	-	-	(677.641)	(677.641)	
Em 31 de dezembro de 2017		1.011.465	256.889	2.884.419	-	(677.641)	3.475.132	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras




**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentada
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Déficit) Superávit do exercício	(677.641)	1.829.270
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa:		
Depreciação e amortização	157.366	130.600
Valor líquido na venda de ativos imobilizados	94.070	11.847
Provisão de contingência	23.256	87.900
Resultado ajustado	(402.949)	2.059.617
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(76.043)	33.072
Adiantamentos	23.448	5.090
Crédito de projetos	(379.163)	630.174
Depósitos Judiciais	(11.156)	-
Fornecedores	5.114	(6.992)
Obrigações trabalhistas	(41.460)	233.214
Obrigações tributárias	7.463	(29.677)
Caixa líquido aplicado/proveniente das operações	(874.746)	2.924.498
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(184.832)	(259.940)
Aquisição de ativos intangíveis	(8.008)	(2.909)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(192.840)	(262.849)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos para projetos (variação)	(1.964.571)	20.380.052
Repasse efetuado à UFSCar	(50.669)	(29.773)
Caixa líquido aplicado/proveniente dos financiamentos	(2.015.240)	20.350.279
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalentes	(3.082.826)	23.011.928
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalentes no início do exercício	105.387.731	82.375.803
Caixa e equivalentes no final do exercício	102.304.905	105.387.731
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalentes	(3.082.826)	23.011.928

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



**FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAI**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (a “FAI” ou “Fundação”) é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 21 de janeiro de 1992 por docentes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) para facilitar o processo de pesquisa e extensão.

Sediada no município de São Carlos – SP, é uma entidade sem fins lucrativos com personalidade jurídica de direito privado, de capital próprio exclusivo da iniciativa privada, criada com os objetivos gerais de promoção e apoio às atividades científicas, tecnológicas, culturais e preservação ambiental, gerenciando recursos próprios e de terceiros nas relações institucionais entre a UFSCar, a Comunidade Universitária e a Sociedade.

A FAI desenvolve suas atividades de acordo com os objetivos definidos no seu estatuto e regimento interno, sendo responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro de projetos ou programas.

A emissão das demonstrações financeiras da Fundação foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002/12 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.



Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2. AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Foi procedido ajuste retrospectivo após conciliação de projetos com transferência de recursos próprios para terceiros no montante de R\$ 116.672, que impactou em redução no superávit de 2016 e acréscimo nos recursos de projetos (passivo), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016		
	Apresentado originalmente	Ajuste	Reapresentado
PASSIVO – recursos de projetos	101.902.089	116.672	102.018.761
RESULTADO – Superávit do Exercício (*)	1.945.942	(116.672)	1.829.270

(*) ajuste apresentado na linha de despesas financeiras



2.3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas da Fundação são apuradas em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de rendimentos até a data do balanço.

c. Contas a receber

Corresponde a valores a receber relativos a taxa de administração (Custos Operacionais) por serviços executados de administração de projetos.

d. Adiantamentos

Composto por entrega de numerários a fornecedores de materiais e serviços à título de adiantamento. Classificam-se nessa rubrica adiantamentos a fornecedores pagos por recursos próprios. Adiantamentos pagos por projetos são registrados sob a rubrica “Créditos de projetos a receber”. Incluem também, antecipações a funcionários relativas à férias e 13º salário.

e. Créditos de Projetos a Receber

Em razão dos desequilíbrios econômico-financeiro em alguns projetos, convênios e programas de fomento, a Fundação efetua gastos e os classifica em conta específica do ativo circulante e do não circulante, conforme expectativa de realização.

f. Imobilizado

Registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

g. Intangível

Corresponde a *Softwares* registrado pelo custo de aquisição e deduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada.

h. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificados como passivo circulante, e reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Classificam-se na rubrica de fornecedores apenas as dívidas relativas às obrigações próprias, fornecedores vinculados aos projetos são registrados sob a rubrica “Recursos para projetos”.

i. Obrigações sociais e trabalhistas

Composto substancialmente por salários e encargos dos colaboradores alocados na FAI sede, a pagar na data do balanço.



j. Provisão de férias e encargos

Registrado com base nos direitos adquiridos dos colaboradores, calculado proporcionalmente e acrescidos dos respectivos encargos.

k. Obrigações tributárias

Referem-se a impostos retidos sobre serviços tomados de empresas prestadoras de serviços, pagas por recursos próprios, a serem recolhidos no período subsequente à data das demonstrações financeiras e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Impostos retidos sobre serviços tomados pagos por recursos de terceiros estão registrados na rubrica “Recursos para projetos”

l. Recursos para projetos

Registram os valores de responsabilidade da Fundação, referentes a recebimentos de recursos destinados a diversos projetos, convênios e programas de fomento no âmbito da promoção de apoio às atividades científicas, tecnológicas, culturais e preservação ambiental, a serem aplicados aos projetos.

m. Provisão para contingências

Estimada de acordo com a posição dos assessores jurídicos e experiência da administração em face de eventuais perdas prováveis. As perdas possíveis, apenas divulgadas de acordo com o CPC 25, representam R\$ 310.501.

n. Patrimônio social

O patrimônio social representa o conjunto de valores de que a Fundação dispõe sendo representado pela diferença de todos os bens/direitos e obrigações deduzido de eventuais reservas constituídas pela diretoria para eventos futuros.

o. Reservas

Refere-se a uma das modalidades de destinações do superávit do exercício. Por meio destas reservas, aprovadas em Atas, a administração planeja o futuro da Fundação garantindo liquidez para saldar compromissos futuros. Deste modo, são constituídos fundos (em disponibilidades bancárias), que tem por objetivo o pagamento de obrigações futuras, tais como rescisões trabalhistas e despesas diversas, bem como para aquisição de melhorias de infraestrutura e modernização das instalações, aquisição de ativos imobilizados e intangíveis.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	844	98
Bancos	657	-
Títulos e valores mobiliários	4.352.965	6.431.578
Caixa e equivalentes de caixa próprios a	4.354.466	6.431.676
Bancos	174.470	1.145.451
Títulos e valores mobiliários	97.775.969	97.810.604
Caixa e equivalentes de caixa de terceiros b	97.950.439	98.956.055
Total de caixa e equivalentes de caixa	102.304.905	105.387.731

a. O saldo em caixa e equivalentes de caixa próprios é subdividido em:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes disponíveis	2.045.722	3.986.020
Reserva para investimentos	277.360	1.420
Reserva de obrigações futuras	2.031.384	2.388.974
Outras reservas	-	55.262
Caixa e equivalentes próprios	4.354.466	6.431.676

A reconciliação entre as disponibilidades e a respectiva reserva registrada no patrimônio líquido está demonstrada na nota explicativa nº 10.3.

- b. Os recursos demonstrados sob a rubrica “de terceiros” referem-se às disponibilidades bancárias vinculadas a valores recebidos pela Fundação para utilização em projetos específicos. A reconciliação entre os direitos (ativo) e obrigações (passivo) de terceiros está demonstrado na nota explicativa nº 9.1.

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, fundos de renda fixa e cadernetas de poupança, todos com uma remuneração variável média entre 5,25% a 10,25% ao ano. Possuem características de curto prazo e liquidez imediata, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os rendimentos dos títulos e dos valores mobiliários próprios são reconhecidos como receita financeira (R\$ 388.007 em 2017), enquanto os rendimentos dos títulos e dos valores mobiliários de terceiros são reconhecidos parcialmente como acréscimo credor ao valor do projeto em seu respectivo passivo (R\$ 4.275.211 em 2017), e parcialmente como receita financeira da entidade (R\$ 3.295.826 em 2017) em virtude de repasse elaborado e aprovado em Ata de diretoria em 13/12/1995.

As movimentações ocorridas nas aplicações financeiras são assim resumidas:

Movimentação das aplicações	Aplicações Próprias	Aplicações Terceiros	Total das Aplicações
Aplicações em 31/12/2016	6.431.578	97.810.604	104.242.182
Aplicações efetuadas no período	7.482.807	73.025.640	80.508.447
Resgates efetuados no período	(13.245.253)	(77.335.486)	(90.580.739)
Rendimento obtido no período (i)	388.007	7.571.037	7.959.044
Repasse dos rendimentos (ii)	3.295.826	(3.295.826)	-
Aplicações em 31/12/2017	4.352.965	97.775.969	102.128.934

- (i) Os rendimentos financeiros advindos das contas próprias são considerados receitas financeiras, conforme demonstrados na nota explicativa nº 15;
- (ii) Os repasses de rendimentos são considerados receitas operacionais da entidade e estão sendo demonstrados na nota explicativa nº 11

4. CRÉDITOS DE PROJETOS A RECEBER

	31/12/2017	31/12/2016
Projeto Revista Brasileira de Fisioterapia	304.503	-
Projeto Genética em animais domésticos	157.693	-
Projeto Zeolita Beta	39.244	-
Projeto 10274	32.944	-
Projeto Contribuinte de Cultura	15.696	-
Projeto Lagoa do Sino	-	302.560
Projeto Bndes 6556	-	138.301
Projeto Prodim 9778	-	38.602
Adiantamento a fornecedores de projetos	32.640	61.723
Outros projetos	443	13.292
Programa de fomento à inovação	1.010.374	662.513
Sub-total (nota 9.1)	1.593.537	1.216.991
Projeto 938*38 (pendente desde 2016)	142.939	140.322
Créditos de projetos a receber - Total	1.736.476	1.357.313
Créditos de longo prazo	1.010.374	662.513
Créditos de curto prazo	726.102	694.800
Créditos de projetos a receber - Total	1.736.476	1.357.313

A fundação possui créditos junto a alguns projetos em virtude da execução de adiantamentos e/ou pagamentos realizados de forma antecipada. A realização/recebimento destes ativos está condicionada à disponibilidade financeira do respectivo projeto.

Os projetos classificados como curto prazo possuem expectativa de recebimento para o próximo exercício. Partes substanciais dos adiantamentos efetuados em 2016 foram amortizadas no decorrer do exercício de 2017. O projeto 938*38, que não foi regularizado no exercício de 2017, tem expectativa de realização no decorrer do exercício de 2018.

O projeto de fomento à inovação, classificado no longo prazo, é executado em parceria com a UFSCar, contudo, são arcados, quase que integralmente, com recursos vindos da FAI e será reembolsado em longo prazo, em conformidade com o acordo de cooperação institucional firmado entre as partes em 30 de junho de 2017

5. IMOBILIZADO

Movimentação ocorrida do ativo imobilizado em 2017:

Imobilizado	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Equipamentos de informática	451.331	67.595	(51.728)	467.198
Móveis e utensílios	378.052	7.517	(109.146)	276.423
Veículos	287.287	49.900	(112.307)	224.880
Máquinas e equipamentos	142.612	59.820	(90.680)	111.752
Instalações	56.156	-	(56.156)	-
Aparelhos celulares	13.032	-	(13.032)	-
Livros	287	-	(287)	-
Total do custo	1.328.757	184.832	(433.336)	1.080.253
(-) Depreciação acumulada	(812.874)	(127.871)	339.266	(601.479)
Imobilizado líquido	515.883	56.961	(94.070)	478.774

No exercício de 2017 a administração realizou inspeção física e respectivo emplacamento em todo ativo imobilizado, confronto com documentação, detecção de itens indevidamente cadastrados, reclassificação e baixas para adequar a real posição e demonstração de seu ativo imobilizado.

Em exercícios anteriores a Fundação construiu sua sede administrativa no campus da UFSCar e doou o imóvel em definitivo para a Universidade. Em contrapartida tem direito de uso do imóvel sem o pagamento de aluguel até a data de 05/2057.

6. INTANGÍVEL

Movimentação ocorrida do ativo intangível em 2017:

Intangível	31/12/2016	Adições	31/12/2016
Software	185.532	8.008	193.540
Direito uso linha telefônica	5.647	-	5.647
Total do custo	191.179	8.008	199.187
(-) Amortização acumulada	(139.961)	(29.495)	(169.456)
Intangível líquido	51.218	(21.487)	29.731



7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	208.384	207.935
INSS e FGTS a recolher	141.007	135.723
Imposto de renda retido na fonte	68.156	73.993
Demais contribuições sobre folha	5.841	6.839
Provisão de férias e de encargos	569.302	609.660
Obrigações trabalhistas	992.690	1.034.150

A Fundação está sujeita ao pagamento dos seguintes encargos sociais incidentes sobre sua atividade, quais sejam:

- a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos;
- b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas sobre a folha, que totaliza 26,8%;
- c) Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) - contribuição de 8% incidente sobre o montante da folha de pagamentos;

Além dos encargos citados, a Fundação é responsável pela retenção do imposto de renda devido por seus empregados, figurando como fiel depositária, para posterior recolhimento aos cofres da União.

Em concordância com o inciso VI do art. 15º, cumulado com o parágrafo 4º do art. 20, do Estatuto Social da FAI, foi aprovada pelo conselho deliberativo, na 42ª reunião extraordinária de 18 de dezembro de 2015, ratificada pela ata da 47ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo de 28 de março de 2017 a remuneração/gratificação do diretor executivo, no montante demonstrado na nota explicativa nº 12 (linha remuneração a diretoria), respaldada, ainda, na alínea a) do art. 12 da lei nº 9.532/1997, alterada pela lei nº 13.151/2015, a qual possibilita a remuneração dos dirigentes de Fundações que atuem efetivamente na gestão executiva.

Em 2017 a Fundação conta com o auxílio de 236 colaboradores (245 em 2016) dos quais, 78 trabalham diretamente na FAI (83 em 2016) e 158 estão alocados em projetos específicos (162 em 2016).

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2017	31/12/2016
Cofins a recolher	14.555	9.772
PIS/Cofins/CSLL retida na fonte	2.651	1.034
Imposto de renda retido na fonte	819	348
ISS retido na fonte	872	280
Obrigações tributárias	18.897	11.434

Atualmente a FAI está sujeita apenas ao recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre a receita operacional com uma alíquota de 3%. Também é responsável pela retenção dos tributos devidos por alguns de seus prestadores. Por ser uma entidade civil sem fins lucrativos, é imune em relação ao Imposto de Renda - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Programa de Integração Social - PIS, e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

9. RECURSOS PARA PROJETOS

Referem-se a valores líquidos devidos a cada um dos projetos administrados pela Fundação. Os numerários (disponibilidades) são registrados no ativo, e estão sob responsabilidade da FAI. Referidos valores são concedidos por financiadores de projetos com interesses específicos (obtidos tanto junto ao poder público como também junto a empresas privadas).

Os recursos são atualizados com parte dos rendimentos das aplicações financeiras que os gerarem, visto que parte destes rendimentos são destinados à Fundação como forma de remuneração (vide nota nº 11).

É a área estratégica da FAI, cujo suas ações refletem diretamente nos resultados dos serviços oferecidos, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para os parceiros externos. O gerenciamento do projeto, incluindo sua gestão financeira e administrativa, é o principal contexto operacional da Fundação no apoio a Universidade.

A composição sintética, por categoria, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2017	31/12/2016
		Reapresentado
Dívida com projetos privados	66.088.605	59.091.087
Dívida com projetos públicos	29.414.779	39.792.015
Dívida com o Projeto Folha	4.184.783	2.847.801
Dívida com fornecedores de projetos	311.421	245.918
Dívida com tributos de projetos	54.602	41.940
Recursos para projetos	100.054.190	102.018.761

O Projeto Folha consiste no gerenciamento dos custos envolvidos exclusivamente pagos aos colaboradores alocados em projetos contratados pela Fundação. Pretende-se com esta metodologia de trabalho gerenciar os recursos financeiros necessários à sua manutenção, desta forma garantindo que todas as obrigações legais sejam cumpridas pelos projetos “contratantes” sem que haja ônus para a Fundação. Mensalmente é debitado da conta de cada projeto o valor referente a salários, encargos, benefícios, provisões de férias, 13º salário e possíveis rescisões.

Existem 655 projetos em andamento na Fundação. Demonstramos abaixo um breve resumo de alguns projetos:

a. Programa de Melhoramento Genético de Cana-de-Açúcar

O Programa de Melhoramento Genético de Cana-de-Açúcar da UFSCar (PMGCA), instalado no campus de Araras, é um dos principais projetos da FAI. A UFSCar integra, junto com outras nove universidades federais, a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (Ridesa Brasil - RB). As variedades RB representam atualmente 68% da área cultivada com cana no Brasil. O País é líder mundial na produção de cana-de-açúcar e seus derivados – açúcar e etanol –, e tem obtido aumentos significativos na produção por hectare por meio de plantas melhoradas geneticamente. Com a tecnologia, as plantas ganham novas características para se adequarem a diferentes tipos de clima e solo, ao plantio e colheita mecanizados, dentre outros fatores. A Ridesa e as variedades RB representam um modelo de inovação tecnológica, que superou desafios e se consolidou como importante instrumento de parceria entre a academia e o setor privado.

b. Projeto 9557 / Carta Convite MCTI/FINEP 01/2014

Trata-se de um projeto de R\$ 19,7 milhões financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a conclusão de 10 obras, por meio do CT- Infra, criado para viabilizar a modernização e ampliação da infraestrutura de serviços de apoio à pesquisa. Com esse recurso, a universidade poderá concluir as obras que haviam sido inviabilizadas devido à defasagem no valor do metro quadrado praticado pela própria Finep. As obras serão executadas a partir de 2016 e contemplam laboratórios de nanotecnologia, biotecnologia e multiusos, além de núcleos e centros de apoio à pesquisa nos campi de São Carlos, Araras e Sorocaba.

c. Projeto 1158 / FINEP - UFSCar 2012 (Infraestrutura para Pesquisa)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla o NANOBIO-DQ (Laboratórios em nanotecnologia e biotecnologia do Departamento de Química); o LPGDM-DM (Laboratórios de Pós-Graduação do Departamento de Matemática); o CGMB - Centro de Genética Molecular e Biotecnologia do Departamento de Genética; e a UGR (Unidade de Gestão de Resíduos).

d. Projeto 9317 / Ampliação do Hospital Universitário

Trata-se de um projeto financiado pelo Ministério da Saúde (MS) para a ampliação da estrutura operacional do Hospital Universitário "Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci" da UFSCar que irá aumentar sua capacidade para atendimentos e internações. Estão previstos 54 novos leitos de internação, sendo 12 pediátricos, 19 de clínica médica, oito de saúde mental e 15 de cuidados prolongados.

e. Projeto 595 / FINEP - UFSCar 2011 (Infraestrutura para Pesquisa)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla o BIOTERIO (Unidade Especial de Apoio à Pesquisa Biotério); a Central IBEV (Instituto de Biotecnologia e Ecologia Vegetal); o CIVISA (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Ciclos de Vida e Saúde Humana); a CRLP-DEMA (Construção e Reforma dos Laboratórios de Pesquisa do Departamento de Engenharia de Materiais); a INFRATEC (Infraestrutura de Apoio à Pesquisa Integrada em Gestão e Tecnologia em Engenharia Civil); o BIBLIOS (Revitalização e Adequação da Estrutura Física e Lógica das Bibliotecas da UFSCar); o LABPE (Laboratório de Pesquisa em Educação) e INFRA (Infraestrutura de Redes Locais e Distribuição de Energia).

f. Projeto 1549 / FINEP - UFSCar 2010 (Infraestrutura para Pesquisa)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla o BIOTROP (Centro de Pesquisa Integrada da Biodiversidade Tropical); Infraestrutura de Redes Locais e Distribuição de Energia dos Campi da UFSCar; o LIEP (Laboratório Integrado de Pesquisa em Engenharia de Produção) e o MAVLABS (Núcleo de Laboratórios e Central de Criogenia para o Estudo de Materiais Avançados).

g. Projeto 850 / FINEP (Infraestrutura para Pesquisa dos Campi de Araras e Sorocaba)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla a INFRANLCCA (Infraestrutura para Consolidação das Novas Linhas de Pesquisa Implantadas no CCA) e a UFSCar-SOR (Expansão da Infraestrutura Científica e Tecnológica do Campus de Sorocaba).

h. Projeto 1042 / FINEP - UFSCar 2013 (Infraestrutura para Pesquisa)

Trata-se de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que contempla o Cloud@UFSCar (nuvem computacional); o GERES (Consolidação da estrutura para o Gerenciamento de Resíduos Potencialmente Perigosos Gerados na universidade); e o CAMPICECAN (Consolidação do Centro de Caracterização e Análises Ambientais).

i. Centro de Excelência para Pesquisa em Química Sustentável

A UFSCar conquistou, por meio do Departamento de Química, o Centro de Excelência para Pesquisa em Química Sustentável (CERSusChem), cujo o objetivo é o de desenvolver processos mais sustentáveis, em especial na produção de novos medicamentos. O anúncio oficial ocorreu em novembro de 2015 na sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). O financiamento do projeto, selecionado por chamada pública, será da Fapesp e da indústria farmacêutica GlaxoSmithKline (GSK) com contrapartida da UFSCar. A gestão administrativa e financeira deste projeto será da FAI. O CERSusChem é uma iniciativa de docentes do DQ UFSCar que conta com 18 pesquisadores da própria UFSCar, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



j. Projeto 2888 / PETROBRAS / Massas Plásticas e Concretos Refratários Nano-ligados ou com fases transientes para Unidade de UFCC

Projeto financiado pela Petrobras para o desenvolvimento de materiais refratários inovadores nano-ligados (concretos e massas plásticas) e aqueles contendo fases transientes para aplicações em unidades de FCC (Fluid Catalytic Cracking) que pode contribuir para o enriquecimento da experiência técnica do coordenador e dos membros participantes, em especial dos alunos envolvidos.

k. Royalties Cultivares PMGCA

Trata-se de recursos financeiros provenientes da receita de royalties dos seguintes licenciamentos: Alface Brunela, Alface Rubinela, Alface Crocantela, Alface Romanela, Alface Ariana, Alface Soraia, Cultivar de cana-de-açúcar; TCP – Treinamento Corretivo Postural; Sistema Reacional Pneumático e uso do mesmo; Composições de Vidro Soda-cal com massas cerâmicas; reator fotoquímico inteligente; e Micropartículas magnéticas de sílica porosa.

l. Unidade Saúde Escola (USE)

As atividades de assistência fisioterápica à Comunidade de São Carlos e região, descritas no Projeto Sistema Único de Saúde (SUS) – UFSCar iniciaram-se em janeiro de 1997 por meio de um convênio assinado com a Secretaria de Estado da Saúde intermediado pela FAI. No ano 2006, parte dos atendimentos realizados por este serviço foi absorvida pela Unidade Saúde Escola (USE) da UFSCar, que iniciou suas atividades em 2005 com os objetivos de atuar na perspectiva de atendimento integral ao usuário. A USE é uma unidade de produção de conhecimento e cuidados, formação profissional e extensão, dentro dos mais altos padrões científicos e tecnológicos, visando contínua melhoria da qualidade de vida de seus usuários, além de ser um espaço de realização de práticas e estágios dos cursos da área de saúde da UFSCar.

m. EDUFSCar

A Editora da Universidade Federal de São Carlos é reconhecida pela qualidade de seu catálogo, integrado por mais de 350 títulos, nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.



Além de estar presente nos principais eventos acadêmicos e culturais do país, apresentando ao público seu catálogo, a Editora acumula relevantes prêmios recebidos, como o Prêmio da APCA (Associação Paulista dos Críticos de Arte), o Prêmio Nacional de Romance, patrocinado pelo governo do estado do Paraná, o Prêmio da UBE (União Brasileira de Escritores) e o mais importante prêmio nacional, o Jabuti, outorgado pela CBL (Câmara Brasileira do Livro) em várias ocasiões.

9.1 RECONCILIAÇÃO ENTRE DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Disponibilidade bancária - Nota 3	97.950.439	98.956.055
Créditos de projetos - Nota 4	1.593.537	1.357.313
Total de bens e direitos de terceiros	99.543.976	100.313.368
Recursos para projetos - Nota 9	100.054.190	102.018.761
Total de obrigações com terceiros	100.054.190	102.018.761
Diferença passiva antes das conciliações	(510.214)	(1.705.393)
INSS recolhido por conta indevida (a)	-	171.973
Diferença passiva após as conciliações (b)	(510.214)	(1.533.420)

(a) O saldo conciliado de INSS refere-se a dois pagamentos, um no valor de R\$ 95.129,63 em 20/12/2016 e outro de R\$ 76.843,42 de 20/12/2015, ambos recolhidos com a conta bancária de terceiros e que deveriam ter sido liquidados com recursos próprios da FAI. Foram regularizados em 2017 mediante transferência bancária da conta própria para a conta de terceiros.

(b) Em virtude de indisponibilidade financeira, a FAI utilizou recursos de terceiros para financiar operações de fomento. Isso acarretou um desequilíbrio entre bens de terceiros e dívidas com terceiros nos valores de R\$ 510.214, já acumulado (R\$ 1.533.420 em 2016). A diretoria deve efetuar a devolução para a conta de projetos em 2018, buscando equalizar a relação de bens e obrigações de terceiros.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social representa o conjunto de valores de que a Fundação dispõe sendo representado pela diferença de todos os bens/direitos e obrigações deduzido de eventuais reservas constituídas pela diretoria para eventos futuros.

Por ser uma Fundação sem finalidade lucrativa o saldo integral do Superávit/Déficit do exercício deve ser incorporado ao patrimônio social, após constituir-se as reservas autorizadas.

As reservas no decorrer dos próximos exercícios devem ser realizadas somente em contrapartida ao patrimônio social.

10.2 RESERVAS

Refere-se a uma das modalidades de destinações do superávit do exercício. Por meio destas reservas a diretoria planeja o futuro da Fundação garantindo liquidez para saldar compromissos futuros. Deste modo, são constituídos fundos (em disponibilidades bancárias), que tem por objetivo o pagamento de obrigações futuras, tais como rescisões trabalhistas e despesas diversas, bem como para aquisição de melhorias de infraestrutura e modernização das instalações, aquisição de ativos imobilizados e intangíveis.

Na existência de superávit do exercício, são aplicados os percentuais referentes às reservas da FAI, sendo: **i)** Reserva para investimentos (10%) e **ii)** Reserva para Obrigações Futuras (5% sobre a folha de pagamento geral da FAI – projetos e celetistas da FAI Administração, limitado ao superávit apurado). Além destas destinações, referidas reservas, por haver aplicações financeiras vinculadas, também pode ser destinado o rendimento financeiro correspondente à reserva que a originou.

Quando houver superávit no exercício, deduzidas as destinações das reservas citadas acima, 5% será destinado à UFSCar, que será repassado por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU).



Após todas as destinações citadas, o saldo residual é transferido para Patrimônio Social.

Abaixo demonstramos o cálculo das destinações para o exercício de 2016:

Superávit do exercício de 2016		1.829.270
Reserva para investimento - 10% do resultado	(194.594)	
Receita financeira da reserva para investimento	(4.722)	(199.316)
Reserva para obrigações futuras - 5% da folha	(553.780)	
Receita Financeira da reserva obrigações futuras	(179.470)	(733.250)
Superávit após destinações pré-determinadas		896.704
Destinações residuais		
Repasso UFSCar - 5% superávit após destinações		(50.669)
Incorporação ao patrimônio Social		(846.035)
Superávit após deliberações		-

Em relação ao exercício de 2017, em virtude da apresentação de um déficit de R\$ 677.641, a Fundação precisou fazer uso de suas reservas para saldar parte de suas obrigações.

O total das reservas utilizadas e realizadas no exercício de 2017 montou a quantia de R\$ 134.547, assim demonstrada:

Movimentação das reservas	31/12/2016	Realizado	31/12/2017
Para investimentos	295.796	(38.907)	256.889
Para obrigações futuras	2.942.754	(58.335)	2.884.419
Outras reservas	37.305	(37.305)	-
Reservas existentes	3.275.855	(134.547)	3.141.308

Nenhuma constituição de reservas foi deliberada para o exercício findo em 31/12/2017, bem como nenhum valor será destinado e repassado à UFSCar em virtude do Déficit incorrido no exercício.

10.3 RECONCILIAÇÃO DAS RESERVAS

Abaixo demonstramos a reconciliação entre os saldos em reservas, no patrimônio líquido, com as respectivas disponibilidades bancárias:

Referente ao exercício de 2017	Patrimônio Líquido	Disponibilidade Bancária	Conciliação	
Reserva para investimento	256.889	277.360	(20.471)	a.
Reserva para obrigações futuras	2.884.419	2.031.384	853.035	b.
Total	3.141.308	2.308.744	(832.564)	

- a. A divergência entre reserva para investimento em 2017, no patrimônio líquido, e a disponibilidade bancária, refere-se à:

Pagamento de NF por conta de projeto a ser pagas em 2018	(18.723)
Saldo de impostos retidos a pagar no início de 2018	(1.748)
Diferença conciliada	(20.471)

- b. A divergência entre reserva para investimento em 2017, no patrimônio líquido, e a disponibilidade bancária, refere-se ao valor desembolsado a título de fomento suportado por esta reserva. A administração pretende ajustar a situação no decorrer do exercício de 2018.

11. RECEITA LÍQUIDA

As receitas da FAI refletem prioritariamente valores provenientes das taxas administrativas cobradas na administração dos projetos para cobrir os custos operacionais e parte de receitas financeiras repassadas oriundas das aplicações dos recursos dos projetos.

	31/12/2017	31/12/2016
Repasse de rendimentos financeiros	3.295.826	3.829.311
Receita de gerenciamento dos projetos	5.615.617	4.986.499
(-) Cofins sobre receita	(168.467)	(149.595)
Receita operacional líquida	8.742.976	8.666.215

O repasse de rendimentos de aplicações financeiras dos recursos de terceiros é rateado em 60% para a FAI (resultado) e 40% para os projetos/convênios (passivo). Exceção a este procedimento são **i)** os recursos de convênios com financiamento de órgãos de fomento governamentais, os convênios de cooperação institucional e os projetos firmados com a Petrobras, os quais permanecem aplicados, mantendo-se os resultados inteiramente na conta dos respectivos convênios/projetos e **ii)** ao programa folha, ao programa de ressarcimento UFSCar, e do cálculo de retribuição do projeto de extensão, onde a integralidade dos rendimentos financeiros são considerados receitas da FAI.

12. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representado pelos gastos com o pessoal. A integralidade dos gastos com salários, encargos e provisões de natureza trabalhistas são reconhecidas como custo dos serviços prestados. A composição do saldo pode ser assim demonstrada:

	31/12/2017	31/12/2016
Salários	3.400.563	3.019.906
INSS e FGTS	1.161.115	1.052.583
Provisão de férias e 13º salário	941.488	977.840
Vale refeição e transporte	619.182	463.544
Assistência médica e odontológica	251.038	215.616
Remuneração da diretoria	101.090	120.000
Provisão de contingência trabalhista	20.336	87.900
Indenizações	359.018	49.790
Estagiários	46.408	45.914
Outros gastos com folha de pagamento	39.498	43.173
Custo dos serviços prestados	6.939.736	6.076.266

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os gastos não relacionados à folha de pagamento são classificados como despesas gerais e administrativas e compreendem os seguintes itens.



	31/12/2017	31/12/2016
Assessoria, Consultoria e Auditoria	776.547	615.025
Manutenção e instalação	537.241	433.507
Outras despesas	189.078	109.986
Depreciação e amortização	157.366	130.600
Água, energia e telefonia	113.898	93.025
Viagens e estadias	93.423	179.540
Materiais de escritório	69.694	102.883
Aluguéis	50.206	57.737
Bens de pequeno valor	40.681	182.654
Tributos	18.185	28.533
Despesas gerais e administrativas	2.046.319	1.933.490

14. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de projetos finalizados (a)	468.615	628.067
Outras receitas	82.228	1.646.832
Resultado na venda de ativos	(32.682)	20.154
Resultado líquido com fomento (b)	(1.325.130)	(1.512.290)
Bens de pequeno valor	(5.320)	-
Outras receitas e despesas	(812.289)	782.763

- (a) As receitas de projetos finalizados representam valores residuais de projetos encerrados e que não são exigíveis de devolução.
- (b) O resultado líquido com fomento representa a diferença entre todo desembolso confrontado com a arrecadação dos projetos de fomento (despesa).



15. RECEITAS FINANCEIRAS

A receita financeira própria é assim demonstrada:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de aplicações financeiras próprias	388.007	523.954
Receitas financeiras	388.007	523.954

16. SEGUROS (Não Auditado)

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

17. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

De acordo com a Resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade sobre divulgação do trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Os valores apresentados como voluntariado referem-se apenas a atividade de administração e conselheiros eleitos da Entidade, sendo, assim, uma estimativa de remuneração não dispendida, não havendo outros tipos de voluntariado nestes exercícios.

O resultado com voluntariado pode ser assim demonstrado:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de voluntariado	556.200	540.000
Despesas com voluntariado	(556.200)	(540.000)
Resultado com voluntariado	-	-

18. COMPROMISSOS

A Fundação não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

São Carlos, 31 de janeiro de 2018

[Handwritten signature]

Francisco Wagner Ruiz
Diretor Executivo
CPF: 069.386.678-02

[Handwritten signature]

Julio Rizzo
Contador - CRC: 1 SP 164619/O-1
CPF: 144.472.548-32

1º TABELIAO DE NOTAS

1º TABELIAO DE NOTAS

1º TABELIAO DE NOTAS E DE PROTESTO DE SÃO CARLOS *Márcio Campacci*
Tabelião
R. Major José Inácio, 2186 - Centro - CEP: 13505-160 - São Carlos/SP - whatsapp: (16) 99727-9433 / www.fcarnotariosaocarlos.net.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
FRANCISCO WAGNER RUIZ; JULIO RIZZO.....

Em test^o *[Handwritten signature]* da verdade
São Carlos, às 15:41:01 de 25/05/2018.
MARCOS THEODORO MAIENTI - ESCRIVENTE
Vir. Recebido por firma R\$: 11,98

Valido somente com se e de a entidade, sem emendas ou rasuras

Valido somente com o *[Handwritten signature]*

Colegio Notarial do Brasil
112003
FIRMA 2
0974AA0079958

**Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
Comarca de São Carlos - São Paulo**

Rua Conde do Pinhal, 1807 - Centro - Fone: (16) 3371.40.99
Antonio Carlos Carvalhaes - Oficial

Protocolo / Microfilme sob nº 00031137 em 12/06/2019 L.A-23

AVERBAÇÃO nº 103 em 03/09/2019 L. A-6

Registro Primitivo nº **00001424**

Oficial	Estado	Ipesp	Sinoreg	Justiça	ISS	MP	Total
241,74	68,89	47,18	12,74	16,54	4,83	11,76	403,68
Correio	0,00					Diligencia	0,00

São Carlos, 03/09/2019
Richard Leandro Ferreira Pascoal

